

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio)
– Passa-se ao

V – GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra à nobre Deputada Luiza Erundina, do Bloco Parlamentar PSB/PCdoB, de São Paulo, que disporá de 25 minutos para seu pronunciamento.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (Bloco/PSB – SP. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao concluirmos mais um ano de trabalho na Câmara dos Deputados, faz-se necessária uma avaliação do que se conseguiu e do que não se conseguiu avançar. Por exemplo, a flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho, em detrimento dos interesses dos trabalhadores brasileiros, foi um retrocesso.

Existe um impasse com relação ao Orçamento de 2002, por causa da intransigência do Governo e de sua base de sustentação na Câmara dos Deputados a questões que dizem respeito a direitos dos trabalhadores, como o salário mínimo. Há anos se discute na Câmara dos Deputados a definição de uma política de salário mínimo capaz de dar conta das necessidades fundamentais da vida dos trabalhadores e de suas famílias. A cada ano trava-se uma verdadeira batalha entre o Executivo e o Legislativo, e vale destacar o esforço, a determinação da Oposição nesta Casa, no sentido de assegurar um salário mínimo digno aos trabalhadores, bem como os seus direitos fundamentais.

Apesar disso, o Governo restringe esses reajustes, e não somente para os trabalhadores da iniciativa privada. Também os servidores públicos, federais, estaduais e municipais, há mais de sete anos estão sem reajuste de vencimentos. Isso a pretexto de uma política de ajuste fiscal que penaliza, de forma insuportável, os assalariados indústria, do setor da produção direta, e os servidores públicos.

O impacto sobre isso, Sr. Presidente, além de ocorrer diretamente sobre os trabalhadores, também reflete na população em geral, não só porque a grande maioria é assalariada, quando não desempregada, aposentados, pensionistas, mas também pela qualidade dos serviços públicos que se presta neste País. Caso os servidores fossem bem pagos, respeitados e valorizados, sem dúvida nenhuma haveria uma prestação de serviços mais adequada, de melhor qualidade e uma relação respeitosa entre servidores e usuários dos serviços públicos.

Esses são alguns dos retrocessos. Outros tantos poderíamos citar nesta oportunidade; porém, prefiro chamar a atenção dos Parlamentares para as conquistas importantes, sobretudo no plano institucional.

É preciso registrar o fato de se ter aprovado nesta Casa, depois de anos e anos de esforço dos partidos de oposição, um Código de Ética e um Conselho de Ética Parlamentar. É necessário ressaltar que essa conquista se efetivou na sessão legislativa que acaba de se encerrar.

Outro avanço foi a criação da Ouvidoria Parlamentar. Mecanismo importante que vem melhorar e resgatar a imagem desta Casa, possibilitando a apuração de denúncias e de fatos no sentido de assegurar absoluta lisura dos Parlamentares que representam o povo nesta Casa. Esse órgão pode ouvir da sociedade e dos cidadãos queixas e demandas que certamente contribuem para melhorar a imagem e o desempenho da Câmara dos Deputados.

Aprovamos também a lei que limitou a edição de medidas provisórias pelo Poder Executivo. Foi uma conquista institucional importante a registrar neste final de sessão legislativa.

Destaco, sobretudo, a criação da Comissão Permanente de Legislação Participativa. Foi uma conquista da Constituição de 1988, que, no seu art. 1º, § único, prevê a participação direta ou semidireta da sociedade civil organizada nos trabalhos do Legislativo, junto ao Executivo e ao Poder Judiciário.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides – Nobre Deputada, venho acompanhando a retrospectiva que V.Exa. ora faz do trabalho levado a efeito pela Câmara dos Deputados e, por extensão, pelo Congresso Nacional, durante o exercício prestes a findar. No instante em que V.Exa. se reporta à participação legislativa, que foi, sem dúvida alguma, um passo agigantado para manter a Câmara em permanente sintonia com os anseios do povo brasileiro, permito-me recordar a V.Exa. – que ainda não ilustrava esta Casa durante o processo de elaboração da Constituição, em 1987 e 1988, quando à testa da Assembléia estava a figura extraordinária do grande brasileiro Ulysses Guimarães – que admitimos as chamadas emendas populares, as quais praticamente significaram uma inspiração para a participação legislativa que V.Exa. defendeu e agora registra no texto do seu discurso. Posso dizer a V.Exa. que foram várias as emendas populares que chegaram à Assembléia Nacional Constituinte, milhares de assinaturas, todas representando anseio latente en-

tre os segmentos da comunidade para que transplântássemos aquelas sugestões no texto da lei fundamental brasileira. V.Exa., nessa parte do seu discurso, me permite fazer uma similitude histórica entre a participação legislativa, a que V.Exa. alude, e aquela de 1987, que eram as emendas populares permitindo ao povo fazer chegar aos Senadores e Deputados Constituintes as sugestões de emendas para a inserção na Lei maior brasileira. Muito obrigado.

A SRA. LUIZA ERUNDINA – Agradeço o aparte de V.Exa., nobre Deputado Mauro Benevides, que também foi Presidente do Congresso Nacional e hoje nos auxilia com sua experiência nos trabalhos desta Legislação, cuja contribuição considero muito oportuna.

Lembro, inclusive, aquele momento de grande mobilização da sociedade civil que permitiu importantes avanços da Constituição de 1988, a Constituição Cidadã. Graças à mobilização da sociedade, em caráter extremamente politizado, a cidadania política ocupou espaço quando do processo constituinte, e a sensibilidade e abertura dos Constituintes da época propiciaram a absorção dessas demandas e iniciativas populares, responsáveis, em grande medida, pelos avanços hoje consagrados no texto constitucional da Constituição Federal de 1988.

Ouçõ, com prazer, o nobre Deputado José Genoíno.

O Sr. José Genoíno – Deputada Luiza Erundina, companheira de São Paulo, parabeno V.Exa. pelo brilhante pronunciamento. V.Exa. tem razão, ao chamar a atenção de todos para o fato de que as mudanças operadas no Congresso Nacional, particularmente na Câmara dos Deputados, ainda são limitadas. Nosso processo legislativo ainda é muito burocratizado, muito pesado e pouco democrático. Digo isso porque V.Exa. dirige uma Comissão muito importante referente à participação popular no processo legislativo. Não temos tradição nem história na cultura política brasileira de participação da sociedade, e o nosso processo legislativo ainda é marcado pelo pouco desempenho do fluxo entre as Comissões e o Plenário. Votamos aquilo que interessa ao Governo, ou pela urgência constitucional ou pela urgência urgentíssima. Estamos com a votação do Orçamento em atraso, e há um mês a pauta de votações foi trancada em face da votação da CLT. V.Exa., inclusive, destaca que a mudança na CLT representa um ato contrário aos interesses dos trabalhadores. As mudanças, seja em relação a medidas provisórias, imunidade parlamentar ou Código de Ética, foram, sem dúvida alguma, de grande significado. Mas o importante é que o processo legislativo da Câmara dos Deputados tenha

dinâmica mais funcional e democrática. Parabeno V.Exa. por seu pronunciamento, quando faz um balanço positivo e, ao mesmo tempo, crítico diante das limitações da estrutura democrática e funcional do Parlamento brasileiro.

A SRA. LUIZA ERUNDINA – Deputado José Genoíno, agradeço a V.Exa. o aparte e o incorporo à minha manifestação.

V.Exa. tem razão ao dizer que grande parte dos dispositivos constitucionais ainda não foram regulamentados, o que torna nossa Constituição menos eficaz e menos efetiva por isso.

Eu diria também que os avanços se devem exatamente à mobilização da sociedade. O Regimento Interno da Câmara precisa ser reexaminado e, caso haja necessidade, outra proposta de Regimento Interno deve ser elaborada – como também o Regimento do Congresso Nacional.

Entendo que isso, sem dúvida nenhuma, iria ampliar as conquistas e efetivar a participação da sociedade não só junto ao Poder Legislativo, mas também aos demais Poderes, o Executivo e o Judiciário. Basta lembrar os conselhos institucionais ligados às várias políticas sociais, como os da saúde, da mulher, de assistência social, de ações populares, assim como tantos outros mecanismos já regulamentados, fruto de avanços e conquistas asseguradas pelo texto constitucional de 1988.

Destaco a criação e instalação da Comissão Permanente de Legislação Participativa, em 8 de agosto próximo passado, mérito desta Casa, de suas Lideranças e do Presidente Aécio Neves. S.Exa. se empenhou e conseguiu a adesão das Lideranças e dos Parlamentares de todas as bancadas com assento nesta Casa. Em poucos meses, esse espaço de funcionamento da democracia direta já apresenta resultados objetivos. Evidentemente, assim como as demais Comissões Permanentes, a Comissão de Legislação Participativa é regida com base no Regimento Interno da Casa.

O Deputado José Genoíno chamou a atenção para a rigidez, para o caráter burocrático e para as limitações que esses instrumentos terminam gerando, no que se refere ao desempenho dos Parlamentares e, sem dúvida alguma, da sociedade civil organizada. Mas um primeiro passo foi dado: a criação da Comissão de Legislação Participativa, através de resolução de 30 de maio de 2001, com sua instalação e eleição de sua primeira Mesa ocorridas em 8 de agosto.

De lá para cá foram apresentadas emendas ao Orçamento de 2002 e vinte e três sugestões de projetos, sendo que duas delas foram aprovadas e se

transformaram em projetos de lei da Comissão Permanente. Isso demonstra que a Comissão apresenta resultados concretos e objetivos que têm suscitado grande interesse e provocado enorme repercussão em várias Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas. E essa conquista da Câmara dos Deputados tende a se transformar em iniciativa em outros Estados e Municípios brasileiros.

Tenho a honra de conceder um aparte ao nobre Deputado Vivaldo Barbosa.

O Sr. Vivaldo Barbosa – Nobre Deputada Luiza Erundina, V.Exa. faz muito bem em expor suas reflexões sobre o funcionamento do Congresso Nacional de outra natureza, ou seja, aberto à participação da sociedade. Os Deputados Mauro Benevides e José Genoíno, assim como V.Exa., lembraram a ativa participação popular quando da Assembleia Nacional Constituinte. Isso fez com que a Constituição fosse, por natureza, muito especial para a vida do País e para a garantia dos direitos individuais nos planos social e econômico. A Constituição foi tão importante durante o processo de ativa participação popular que, para se realizar este perverso projeto neoliberal que agora afunda a nação argentina, bem ao nosso lado, foi preciso que ela fosse reformada em seu pilar fundamental: a ordem econômica. Falo do projeto neoliberal que privilegia o capital financeiro internacional, a abertura e a dependência ao capital estrangeiro. E eu me refiro, acima de tudo, à dependência da Nação e da sua economia a esta monstruosa dívida que só tem se multiplicado e se avolumado durante a implantação desse malsinado projeto neoliberal. Tivesse a Constituição sido mantida como imaginada na Assembleia Nacional Constituinte, especialmente o pilar de sustentação do País, que trata da ordem econômica, e houvesse uma ativa participação popular, o Brasil não estaria na crise em que se encontra, muito menos assustado diante da apreensão que se abate sobre a Argentina, o que infelicitava aquele país e me faz temer o futuro. Deputada Luiza Erundina, se encontrarmos uma maneira de integrar a sociedade brasileira ao Congresso Nacional esta Instituição será outra! É preciso cobrar o aperfeiçoamento interno do Congresso Nacional. Este Plenário, por exemplo, há de funcionar de outra maneira. Ele só alcançará outro nível, outro patamar, com a ativa e expressiva participação da sociedade brasileira. E V.Exa. tem agora a oportunidade não apenas de trazer à reflexão, mas sobretudo de trabalhar com esse mecanismo. É preciso abrir esta Instituição à participação popular – repito. Sem dúvida alguma, nós, Parlamentares, vamos caminhar para que esta Instituição seja respeitada

perante a sociedade brasileira. Que o Congresso Nacional venha a ser amado e respeitado por toda a Nação!

A SRA. LUIZA ERUNDINA – Muito obrigada pelo aparte, nobre Deputado Vivaldo Barbosa. V.Exa. tem toda a razão. Em relação à Constituição de 1988 mexeram profundamente no Capítulo da Ordem Econômica, não no sentido de fazer avançar e de colocar o País na trilha da modernidade que todos entendemos verdadeira, que é a de radicalizar a democracia e assegurar não só a democracia política, mas também a democracia econômica, social e cultural. Lamentavelmente, isso não se fez. Muito pelo contrário, mexeu-se na Constituição simplesmente para facilitar o cumprimento dos compromissos com os credores internacionais, para que o Consenso de Washington pudesse ser incorporado e adotado pelo Governo, brasileiro, em detrimento dos interesses nacionais, da soberania nacional, enquanto se fica a dever ao País a reforma política, de forma a se reestruturar o sistema político, partidário e eleitoral brasileiro, a fim de adequar esta Nação aos novos tempos e às novas exigências da sociedade brasileira.

Por outro lado, não se fez até agora a reforma tributária com a finalidade de estabelecer um mecanismo de justiça fiscal e tributária, de distribuição de renda, de fortalecimento da Federação, para distribuir de forma mais equânime a riqueza, os recursos produzidos neste País.

Deputado Vivaldo Barbosa, V.Exa. tem toda a razão ao registrar que muito ainda se deve à Nação brasileira. Não obstante tenhamos conseguido a Constituição Cidadã, muito dela ainda resta a ser regulamentado, para que ela tenha eficácia e efetividade no sentido de fazer assegurar os direitos lá consagrados.

Certamente, a Comissão de Legislação Participativa coloca o Brasil, pelo menos a Câmara dos Deputados – e temos notícia de que a Senadora Marina Silva também tomou a iniciativa de criar mecanismo semelhante no Senado da República –, em termos democráticos, no patamar das nações mais desenvolvidas do mundo. Países como Portugal, alguns Estados norte-americanos – a Califórnia avançou bastante em termos de mecanismos de democracia direta –, Suíça, Itália, França, Austrália e o Parlamento Europeu há muito dispõem desses mecanismos, os quais estabelecem uma ponte, uma parceria entre a cidadania e o Legislativo, podendo-se inclusive exercitar e promover iniciativas no sentido de fortalecer a democracia representativa.

O Sr. Mauro Benevides – Concede-me V.Exa. mais um aparte, nobre Deputada Luiza Erundina?

A SRA. LUIZA ERUNDINA – Com muito prazer, nobre Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides – Farei uma breve intervenção pois sei que, embora o Presidente Themístocles Sampaio seja extremamente condescendente – e teria que sê-lo, sobretudo quando quem ocupa a tribuna é V.Exa., que impõe respeito e suscita a mais alta consideração entre os seus pares – lamentavelmente, aproxima-se o fim do tempo para o seu discurso. Seguindo a sua linha de raciocínio, permito-me lembrar, dentre as conquistas da cidadania, um projeto de que sou autor, já aprovado nas Comissões que se reuniram conjuntamente, tendo à frente a Comissão de Trabalho, visando permitir a todos os cidadãos o acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. Atualmente, tal acesso só é permitido a V.Exa., a mim e aos nossos colegas, porque somos detentores da senha que nos permite fiscalizar os gastos do setor público. Deputada Luiza Erundina, no instante em que abrimos essa perspectiva a toda os cidadãos, não há dúvida de que estaremos contribuindo para avigorar a participação da cidadania naquilo que é fundamental, ou seja, a seriedade dos gastos públicos. Portanto, se V.Exa. puder emprestar o prestígio do seu apoio a essa iniciativa, não há dúvida de que ela caminhará mais celeremente por entre o plenário e as bancadas desta Casa.

A SRA. LUIZA ERUNDINA – Claro, nobre Deputado! V.Exa. poderá contar com o meu apoio integral a essa iniciativa, que vem ao encontro do controle social previsto na Constituição Federal. Por enquanto, esse controle se exerce através dos Tribunais de Contas, como órgãos auxiliares do Poder Legislativo; porém, isso é insuficiente para dar transparência à aplicação dos recursos públicos, que, sem dúvida alguma, contribuiria efetivamente para se estabelecer uma relação de absoluta confiança e parceria entre os cidadãos e os seus representantes no Congresso Nacional.

Imagino que possam ainda alguns dos Srs. Parlamentares – não os que aqui estão – ter dúvidas quanto à compatibilidade entre a democracia representativa e a democracia direta. Está provado em vários países que essas duas vertentes da democracia convivem em perfeita harmonia e equilíbrio, que uma e outra se fortalecem, tornando mais consolidada a democracia nessas sociedades.

A nossa Comissão de Legislação Participativa já acolheu vinte e três sugestões de associações e entidades da sociedade civil, devidamente reconheci-

das e com grande prestígio em relação ao trabalho que realizam nas suas áreas de atuação, e foram aprovadas duas delas. Hoje são projetos de lei, sendo que um deles modifica uma lei complementar.

Além disso, Sr. Presidente, nobres Deputados, pela primeira vez na história deste País, por meio da Comissão de Legislação Participativa, a sociedade civil organizada encaminha emendas ao Orçamento. Trata-se de cinco emendas que representam um ensaio ao orçamento participativo na esfera federal. Essas cinco emendas ao Orçamento de 2002 foram encaminhadas por entidades como a Associação dos Meninos e Meninas de Rua; pela Associação dos Catadores de Papel e Papelão, organizados em cooperativas; por uma entidade que capacita jovens na área da informática; por uma associação do Ceará, Estado de V.Exa., Deputado Mauro Benevides, que congrega idosos. Seis emendas ficaram de fora, mas cinco foram aprovadas por unanimidade e transformadas em emendas da Comissão. Hoje, elas estão na Comissão de Orçamento, e o Presidente Aécio Neves tem se empenhado em facilitar todos os trâmites. Temos contado também com o apoio das demais Comissões Permanentes no sentido de acolher e dar eficácia à iniciativa popular por intermédio da Comissão de Legislação Participativa.

Ao finalizar, agradeço a confiança ao Deputado Aécio Neves, aos Srs. Deputados e às suas respectivas bancadas, que abriram mão do princípio de proporcionalidade, fazendo com que pudesse ser eleita a primeira Presidenta da Comissão de Legislação Participativa.

Aqui está a nossa prestação de contas. Já realizamos um seminário sobre democracia e soberania popular. Estamos viajando por várias Capitais. Em algumas Câmaras Municipais, como as de São Paulo, Fortaleza, Manaus e São José dos Campos, já existem atividades dessa mesma natureza, inspiradas nessa iniciativa da Câmara dos Deputados.

Quero agradecer também à equipe e aos componentes da nossa Comissão, a todos que nela acreditaram e estão dando a sua valiosa colaboração para que esse mecanismo de democracia direta seja uma realidade, um fato que marque a história da democracia em nosso País e da vida desta Casa do povo que é a Câmara dos Deputados.

Muito obrigada. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Gonzaga Patriota, do Bloco Parlamentar PSB/PCdoB de Pernambuco. S.Exa. dispõe de 25 minutos.